

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**Departamento de Contabilidade – FACC**  
**Curso de Graduação em Ciências Contábeis**

**Karoliny Delôgo Pinto**

Orientador: Adolfo Henrique Coutinho e Silva

**A importância da aplicabilidade dos controles internos: Estudo de caso de uma Microempresa familiar do ramo alimentar, localizada no subúrbio do Rio de Janeiro.**

**Rio de Janeiro - RJ, 2023.**

## RESUMO

O controle interno representa em uma organização, o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com o objetivo de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada nos negócios da empresa. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo principal, identificar como ocorrem as práticas de controles internos em uma Microempresa familiar, localizada no subúrbio do Rio de Janeiro. Este, portanto, trata-se de um estudo de caso, com abordagem descritiva, que se utilizou de pesquisas bibliográficas para a obtenção de embasamento teórico. Conclui-se que a empresa possui ferramentas de controle, porém, estas não atendem a total necessidade da empresa, o que pode ser compreendido pela falta de conhecimento e, de capacitação de seus gestores. Como resolução para o problema, foi sugerida a implementação do aplicativo “Trinta”, está se trata de uma plataforma de fácil acesso que permite que os pequenos negócios administrem suas finanças, para o controle e gerenciamento de suas vendas, gastos, dívidas e estoque.

**Palavras-chave:** Controles internos, microempresa, empresas familiares, ferramentas de controle.

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	5
2. Referencial Teórico do estudo.....	6
3. Figuras Metodológicas .....	7
4. Unidade do Estudo de Caso.....	8
5. Considerações Finais.....	8
6. Referências	

## 1. INTRODUÇÃO

Com o processo de globalização, a gestão das Micro e Pequenas empresas estão tornando-se cada vez mais complexas, diante da necessidade delas se adequarem a um ambiente de alta competição. Desta forma, através da boa gestão dos negócios, torna-se possível o alcance do crescimento em níveis de estabelecimento e obtenção de melhores resultados.

No Brasil, as Micro e Pequenas Empresas vêm exercendo um papel de grandiosa importância na economia, proporcionando volumosa relevância na criação de emprego e renda de grande parte da nação.

Por serem beneficiadas através de políticas específicas para a sua sobrevivência, como por exemplo, a instituição da Lei Complementar Federal nº 123/2006, que disserta sobre as normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado as microempresas e empresas de pequeno porte. Os empreendedores carecem em buscar auxílio para se adaptarem as normas e assegurar a sua sobrevivência no mercado, uma vez que é comumente visto que micro e pequenas empresas são geridas de maneira intuitiva, isto é, sem os devidos parâmetros, o que pode por consequência, ser decisivo para imergir o negócio.

Este estatuto, portanto, beneficia o desenvolvimento das empresas, auxiliando, por sua vez, para uma ampla oportunidade de crescimento, através da facilidade na abertura e finalização de empresas, simplificação de pagamento de impostos e, menor burocracia ao acesso ao crédito.

Como o desenvolvimento destas empresas não está limitado apenas a incentivos, é necessário desse modo, que elas obtenham mecanismos para assessorá-las nas tomadas de decisões de seus gestores, possibilitando a precisão a ponto de garantir a obtenção de seus objetivos. O que torna imprescindível a utilização de ferramentas eficazes, sobretudo eficientes

nestes processos.

O controle interno é de valiosa relevância para a administração, sendo instrumento de apoio e magnífica ferramenta de gestão para a obtenção do triunfo do negócio, porque atua na prevenção de erros e possíveis irregularidades, sendo fonte de absorção de dados contábeis, que são imprescindíveis para que o contador gere informações apropriadas e suficientes, que mostre a real posição do patrimônio da empresa. Segundo Marion (2010), os controles internos são instrumentos utilizadas nas empresas que fornecem dados quantitativos ou ainda qualitativos, conforme o controle empregado.

Diante de todo o exposto, surge um estudo de caso que levanta o seguinte questionamento: Como ocorrem as práticas de controle internos em uma microempresa familiar do ramo alimentar, localizada no subúrbio do Rio de Janeiro?

O presente artigo tem como objetivo principal identificar e elucidar como ocorrem as práticas de controles internos em uma microempresa localizada no subúrbio do Rio de Janeiro.

Para atingir o objetivo deste estudo, se faz necessário os seguintes objetivos específicos:

Notabilizar a contabilidade como um sistema de informação.

Divulgar o controle interno para as empresas.

Externar o conceito e as características das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Mais especificamente, este estudo de caso analisou os aspectos gerais dos controles internos observados. Verificou-se a utilização dos controles internos em uma microempresa, analisando a sua relação com as tomadas de decisões. Para isto, utilizou-se a metodologia de um estudo de caso em uma microempresa do ramo alimentar, através de pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa.

Através do entendimento da empresa, bem como de seu ambiente de controle, com a finalidade de obter os devidos entendimentos sobre os processos relevantes do negócio, se torna considerável discorrer sobre os fluxos de receita, contas a pagar e estoque, a fim de apresentar os principais controles envolvidos nas respectivas operações.

Os fluxos de operações determinados para entendimento, foram definidos com base nos riscos relevantes quanto à fidedignidade das demonstrações contábeis incluindo eventos externos e internos, transações ou circunstâncias que possam ocorrer e afetar adversamente a capacidade da entidade de iniciar, registrar, processar e reportar dados financeiros compatíveis com as afirmações da administração nas demonstrações contábeis.

O estudo se justifica em virtude da necessidade de revisar os processos gerenciais, pois estes necessitam de organização, coordenação, comando e controle, para que as empresas adquiram a prosperidade financeira que almejam.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO DO ESTUDO**

### **2.1 – A NOTABILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO**

De acordo com Carvalho (2008), a contabilidade é a ciência que controla o patrimônio das entidades e possui existência milenar, pois tem a responsabilidade de informar, ao longo dos anos, a movimentação das riquezas patrimoniais das Entidades.

Segundo Barros (2003), a contabilidade é um instrumento de grande notabilidade. Desta forma, independente da apresentação da empresa, segmento e sua forma de tributação torna-se necessário e de extrema importância a contabilidade. Os administradores e sócios, diante da vasta complexidade do mundo empresarial atualmente, necessitam de uma visão panorâmica da empresa e de seu relacionamento com o ambiente externo. Além disto, fica muito claro

também, que estes usuários visam a lucratividade e a continuidade da empresa, sendo estes aspectos importantes, mas este objetivo só será alcançado se houver um acompanhamento preciso das atividades e informações. Muitas vezes o fato de o empresário não extrair informações de seus respectivos contadores, enfraquece o processo de tomada de decisões, uma vez que estes usuários deixam de obter vantagens nas informações geradas pelos seus prestadores de serviços contábeis, que são de grandiosa utilidade para o negócio.

Aprovada a primeira definição oficial de contabilidade no Brasil, realizada em setembro de 1924, o I Congresso Brasileiro de Contabilidade discorre sobre o seguinte: “A contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro relativo aos atos e fatos da administração econômica.”. Esta trata-se, especificamente, do estudo e controle do patrimônio das empresas, por meio dos registros contábeis dos fatos e das respectivas demonstrações dos resultados alcançados, auxiliando no desenvolvimento da tomada de decisões de pequenos e grandes negócios (MPes).

Para Iudicibus, et al (1998), a contabilidade, é uma metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja esta pessoa física, entidade sem fins lucrativos, empresas, sejam estas de pessoa de Direito Público, tais como estado, município, união, autarquia, entre outros.

Entende-se que é papel da contabilidade, registrar e estudar todas as movimentações possíveis de mensuração monetária, resumir os dados registrados em forma de relatórios e entregá-los aos diversos usuários das informações contábeis.

## **2.2 - A CONTABILIDADE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPES)**

Diante dos avanços da economia de nosso país nos últimos anos os pequenos negócios tiveram uma participação fundamental para a alavancagem do PIB brasileiro. Em termos quantitativos, segundo o Sebrae em pequenos negócios em números, no Brasil existem 6,4 milhões, respectivamente, de estabelecimentos. Desse total 99% são micro e pequenas empresas (MPE). Cabe ressaltar que os pequenos negócios correspondem aproximadamente, por 30% de tudo o que é produzido no país (PIB) e são responsáveis, em média, por 75% dos novos empregos gerados e mesmo em condições severas, como ocorreu em 2020, com o esfriamento da economia provocado pela pandemia de Covid-19, houve uma queda de apenas 0,5% no número de registros de abertura das Micro e Pequenas Empresas (MPES). Ainda segundo o Sebrae, em análise de alcance de negócios, o ano de 2020 apresentou 579,5 mil MPES abertas, enquanto, em 2019, foram 579,3 mil e em 2018 foram 540,6 mil. Isso é uma pequena amostra do universo dessas empresas, o que mostra que este segmento, é literalmente o caminho para a retomada. Além do que foi evidenciado, cabe destacar que há uma infinidade de outros números que comprovam a força das MPES.

Por outro lado, segundo a pesquisa Sobrevivência de Empresas (2020) do Sebrae, a taxa de mortalidade das microempresas, após cinco anos, é de 21,6% e a das entidades de pequeno porte, de 17%. Ainda conforme esse levantamento, cerca de 34% dos entrevistados disseram acreditar que ter acesso a crédito poderia ter evitado o fechamento da empresa, sendo que apenas 7% do grupo de empresas que fecharam haviam solicitado crédito bancário e obtiveram êxito.

Sendo assim, torna-se necessário uma escrituração contábil diferenciada para os pequenos negócios levando em consideração o tamanho, volume de transações e o faturamento

da empresa.

O Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução ITG 1000 – Modelo contábil para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Tem como desígnio, estabelecer critérios e procedimentos contábeis simplificados para o registro das transações e operações que são habitualmente observadas na realidade das microempresas e empresas de pequeno porte. Segundo o CRC, resolução ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresas e Empresa de Pequeno Porte foi aprovada pela Resolução CFC nº 1.418/12, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, em 5 de dezembro de 2012. Esta é aplicável para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012, visando beneficiar as microempresas e empresas de pequeno porte, permitindo que possam adotar seus requisitos de forma alternativa aos estabelecidos pela NBC TG 1000 (R1). A ITG 1000 visa estabelecer que as microempresas e empresas de pequeno porte devam elaborar e divulgar obrigatoriamente as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. A elaboração do conjunto completo das Demonstrações Contábeis, incluindo, além das previstas no item 26 da ITG 1000, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, apesar de não ser obrigatória para as entidades alcançadas por esta Interpretação, é estimulada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

### **2.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS**

Segundo Almeida (2012), o controle interno representa em uma organização, o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas que possuem o objetivo de proteger seus ativos, produzir dados contábeis confiáveis e assim ajudar a administração em sua condução ordenada do

negócio.

Em termos gerais, o controle compreende em fazer com que as atividades sejam incrementadas dentro dos padrões estabelecidos. Onde entende-se como sendo o controle, um agente corretivo que auxilia no processo de verificação das atividades, demonstrando se elas estão em linha com os resultados esperados pela organização.

O controle consiste, substancialmente, em um processo que direciona a atividade exercida para um fim preliminarmente determinado. Segundo o autor Chavienato (1997), o controle interno tem como finalidade: assegurar que os resultados daquilo que foi planejado, organizado e dirigido sem ajustem, o quanto possível, aos objetivos estabelecidos. Portanto, a essência do controle habita na verificação de que a atividade controlada está ou não sendo alcançada aos objetivos e resultados esperados.

Segundo Oliveira (2015), os controles internos são processos operados em todos os níveis da organização e, além da função de gerar informação contábil com maior confiabilidade, também possuem a função de garantir a eficiência, eficácia e efetividade das operações realizadas em uma organização.

O controle interno consiste em orientar as atividades, determinando o que precisa ser realizado e suas possíveis alterações, para a garantia do alcance de metas da entidade.

#### **2.4 – PRINCIPAIS OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO**

Segundo a normativa NBC TA 315 (R2), o sistema de controle interno é o sistema planejado, implementado e mantido pelos responsáveis pela governança, pela administração e por outros empregados para fornecer segurança razoável quanto ao alcance dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, à efetividade e eficiência

das operações e à conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Os controles internos funcionam como uma importante ferramenta no processo de gestão. Seu uso contínuo, aprimoramento e acompanhamento são primordiais para minimizar erros e fraudes, passíveis de falhas e erros provocados pela não compreensão plena dos procedimentos ou por fraudes com intuito de causar prejuízos à entidade.

Conferir a exatidão e a veracidade aos dados contábeis é algo primordial à continuidade das operações das empresas, sobretudo na divulgação da informação. Para isto, mecanismos que garantam o recolhimento das informações com maior acuracidade, tornam-se indispensáveis.

A aplicação dos controles internos requer, ainda, que sejam levadas em conta as suas restrições, sejam estas:

- 1) a relação custos versus benefícios: onde o custo dos controles internos de uma entidade não deve ser superior aos benefícios por eles proporcionados;
- 2) o conluio: ocorre quando indivíduos de maneira conjunta, visando fraudar os controles internos, de forma que esses não conseguem detectá-los;
- 3) o julgamento indigno das informações: que podem ocasionar, conseqüentemente, decisões equivocadas;
- 4) as falhas: Segundo Boynton (2002) interpretações equivocadas de manuais de instruções e procedimentos (sem que haja a intenção de burlar), geralmente ocorridas por razões como: distração, cansaço ou descuidos em geral.

Diante disto, conclui-se que, controles internos são: normas, procedimentos, técnicas e rotinas, criadas para controlar as atividades da empresa, evidenciar e proteger com segurança e fidelidade o seu patrimônio.

## **2.5 – TIPOS DE CONTROLES INTERNOS**

Os controles internos de uma empresa se decompõem em dois grupos: os de natureza contábil e dos de natureza administrativa.

- a) Os controles contábeis compreendem o plano de organização e a totalidade dos sistemas, métodos e procedimentos relativos à salvaguarda de bens, direitos e obrigações e ainda, a fidedignidade dos registros financeiros.
- b) Os controles administrativos compreendem o plano de organização, sistemas, métodos, e procedimentos dados pela direção com o objetivo de contribuir para a eficiência e eficácia operacional e obediência as diretrizes, políticas e normativas da administração.

## **2.6 – CATEGORIAS DOS CONTROLES INTERNOS**

Para o alcance de uma boa gestão se torna imprescindível a utilização de um controle interno adequado, com uma boa estrutura, que pode ser implantado em qualquer área de uma empresa. E assim, por conseguinte, obter uma melhor visão de suas atividades, permitindo com que os objetivos sejam cumpridos de maneira eficiente e eficaz.

Segundo Crepaldi (2006), “não existe uma terminologia universal para descrever as categorias de controles internos, entretanto, podemos classificá-las segundo suas finalidades”.

Com base no exposto, são apresentadas as seguintes classificações:

- a) Controle de informações: É um conjunto de procedimentos responsável pela coleta, armazenamento, registro e processamento de dados. O que permite a obtenção de informações apropriadas e assertivas, auxiliando na identificação de possíveis erros,

através de relatórios precisos de diferentes setores de uma empresa. Devido a isto, se faz necessário um sistema de informações que vise a facilitação e sirva de grande ferramenta de auxílio aos gestores nas tomadas de decisões do negócio.

- b) Controle organizacional: Torna-se necessário estabelecer uma estrutura organizacional cabível, que possua como finalidade a administração e supervisão das transações ocorridas. Desta forma, a companhia deve incumbir autoridades e atribuir responsabilidades aos seus colaboradores, através de suas normas e manuais internos, organogramas institucionais e fluxogramas. Mediante a isto, a execução dos trabalhos será realizada por setores e pessoas independentes.
- c) Controles de procedimentos: Torna-se importante a elaboração do plano da organização, que tem por objetivo, a definição clara da função e atividades a serem realizadas por cada funcionário. Para obter os controles dos procedimentos, é considerável a observação e análise dos procedimentos estabelecidos pela organização.

## **2.7 – MICROEMPRESAS**

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, intituladas como Micro e Pequenas Empresas (MPE), vem desempenhando um papel de suma importância na estrutura de produção econômica brasileira. Em virtude da quantidade de novos negócios existentes e do volume de mão-de-obra absorvido, a geração de empregos vem se tornando considerável.

Com o decorrente surgimento destas empresas há uma necessidade de seus gestores utilizarem ferramentas que possibilitem um melhor controle interno. Tendo estas o objetivo de identificar as possíveis oportunidades perante o mercado, pois se torna imprescindível a prática

do controle e fiscalização de diversos setores do negócio.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), os pequenos negócios respondem ao equivalente aproximadamente um quarto do produto interno bruto (PIB) do Brasil. As cercas de 9 milhões de micro e pequenas empresas de nosso país representam 27% do PIB, um resultado que vem sendo progressivo nos últimos anos.

As micro e pequenas empresas são as principais provedoras de riquezas no Comércio do Brasil, já que correspondem por 53,4% do PIB deste setor. Na indústria, a participação das micro e pequenas empresas (22,5%), se aproxima das médias empresas (24,5%). Já o setor de serviços, possui mais de um terço da produção nacional (36,3%), dada a origem aos pequenos negócios.

O movimento pelo reconhecimento das microempresas no Brasil, surgiu de forma expressiva a partir dos anos 80, onde foi criada a Lei nº 7.256/84 e atualmente, regulada pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estabelece normais também para empresas de pequeno porte.

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (LCP nº 123/06) é de extrema importância no segmento econômico no Brasil. O Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispõe sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos artigos 170 e 179 da Constituição Federal. Esta contribui, gerando grandes oportunidades para regular as mais milhões de empresas que habitam na informalidade, auxilia na simplificação de pagamentos de impostos, na diminuição da burocracia para a abertura e encerramento de empresas, ajuda no acesso ao crédito, estimula operações de exportação, dentre outras mudanças, contribuindo, portanto, de forma considerável para as atividades produtivas da cadeia nacional.

### 2.7.1 – CONCEITO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ainda que possuam categorias semelhantes, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte possuem divergências no que tange as suas definições. Desta forma, a diferença entre elas é estipulada pela Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (LCP nº 123/06).

Conforme institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, este estabelece a receita bruta anual que as enquadra nas respectivas categorias, conforme mencionado no quadrante abaixo:

**Quadro 1: Receita Bruta Anual**

<b>Categoria</b>	<b>Receita bruta anual</b>
Microempresa (ME)	Até R\$360.000,00
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	Superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$4.800.000,00

**Fonte:** Lei Complementar 123/06

Conforme explicitado, observa-se que para uma empresa se enquadrar no conceito de uma Microempresa (ME), ela deve auferir em um ano calendário, receita bruta anual de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Já para uma empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deve auferir em um ano calendário, receita bruta superior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

### 2.8 – PRINCIPAIS DESAFIOS DO MICROEMPREENDEDOR NO BRASIL

Segundo o Sebrae, em pesquisa realizada intitulada “Como superar as dificuldades de empreender no Brasil”, o empreendedorismo no em nosso país vem crescendo de forma significativa nos últimos anos e o cenário, apesar de apresentar inúmeros desafios a quem está na busca de abrir o tão sonhado negócio ou já o possui, tem se mostrado positivo para os empreendedores que voltam suas mentes de forma aberta ao desconhecido e preparam-se para

enfrentar as diversas dificuldades que possivelmente podem surgir ao longo de sua caminhada. Conforma dados de pesquisa recente realizada pelo GEM (Global Entrepreneurship Monitor, ou Monitoramento Global do Empreendedorismo) em parceria com o Sebrae, esta revelou de forma surpreendente, que o Brasil é considerado um país que possui um elevado índice de empreendedorismo e que detém grandes taxas de empreendedores iniciais e estabelecidos, assim como taxas totais, fato que é associado ao desejo milhões de brasileiros de possuírem o seu próprio negócio (citado por quase 60% da população entrevistada).

A pesquisa do GEM, também elucidou que no ano de 2021, existiam aproximadamente 43 milhões de brasileiros adultos à frente de um empreendimento e/ou envolvidos na abertura de um. Com a pandemia do Covid-19, o número de empreendimentos cresceu não somente pela vontade das pessoas em empreender, mas também pelo desejo de recompor a renda que os foi privada, mediante as demissões que ocorreram devido ao cenário pandêmico.

Porém nem só de vitórias vive o mundo do empreendedorismo. Quem escolhe abrir um negócio precisa estar disposto a correr riscos (calculados de preferência) e para enfrentar os desafios que surgem durante a árdua trajetória.

Os desafios sempre existiram na vida dos empreendedores. Entre as principais problemáticas enfrentadas pelos empresários e empresárias brasileiros, através de pesquisa realizada, podemos citar as seguintes:

- a) Falta de educação para o empreendedorismo: nas escolas, falta uma cultura do empreendedorismo desde os níveis fundamental e médio.
- b) Alta taxa de impostos: para a maioria, a alta carga tributária paga pelos empreendedores no Brasil é considerada o maior problema para a saúde de um negócio.

- c) Excesso de burocracia: para a abertura de uma empresa ou para a manutenção desta, o Brasil é um dos países com a maior carga de burocracia do planeta.
  - d) Acesso a crédito: além de serem poucos, principalmente para pequenas e médias empresas, as altíssimas taxas de juros não facilitam a sustentabilidade das operações.
  - e) Inovação e criatividade: o desenvolvimento de produtos e serviços singulares, com diferencial e que sejam inovadores, é um dos maiores desafios dos empreendedores.
- Portanto, surge a necessidade da análise do mercado e estudo frequente das tendências e potenciais concorrentes.

### **3. FIGURA METODOLOGICA**

#### **3.1 – TIPOLOGIA DO ESTUDO**

Este presente trabalho tem como seu objetivo principal identificar como são realizados os controles internos de uma microempresa localizada no subúrbio do Rio de Janeiro, com a realização de um estudo de caso, utilizando-se de uma abordagem descritiva, realizada através de pesquisas bibliográficas para o embasamento teórico.

No que tange os meios, à pesquisa em questão será bibliográfica, pois para uma melhor fundamentação teórica-metodológica do estudo, será realizada uma investigação dos assuntos consideráveis ao tema central.

Este estudo de caso analisou os aspectos gerais dos controles internos observados. Verificou-se a utilização dos controles internos em uma microempresa, analisando a sua relação com as tomadas de decisões. Para isto, utilizou-se a metodologia de um estudo de caso em uma microempresa do ramo alimentar, através de pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. Desta maneira, utilizando-se do estudo de caso, torna-se aplicável compreender e examinar acontecimentos, com o intuito de identificar possíveis soluções.

### **3.2 - COLETA DE DADOS:**

A coleta do material de pesquisa realizou-se buscando a literatura sobre o tema em livros, artigos, documentos eletrônicos e outras fontes bibliográficas disponíveis.

Todos os dados coletados e informações analisadas são de natureza secundária, pois são informações levantadas que já sofreram algum tipo de tratamento acadêmico.

Segundo Monezi (2005), as visitas técnicas auxiliam na formação geral dos universitários, tendo em vistas que elas buscam aliar a teoria e a prática.

Para que os objetivos propostos neste estudo fossem alcançados, a coleta de dados foi desenvolvida através de uma visita a empresa, análise de documentos, formulários e conversas informais entre a gestora e o pesquisador.

## **4. UNIDADE DO ESTUDO DE CASO**

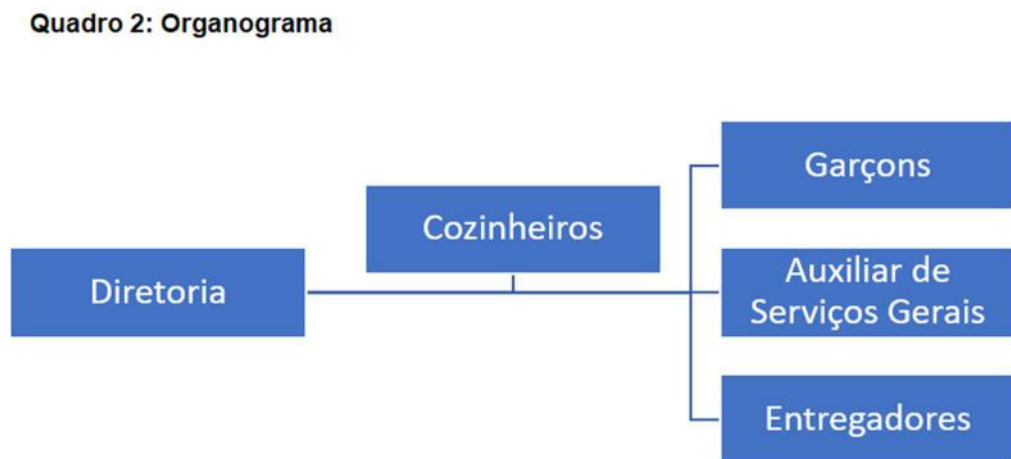
A empresa que serviu de base para este estudo atua há 7 anos no mercado, tem como objeto social atividades relacionadas a restaurantes e similares, enquadra-se como Microempresa (ME), pelo fato de apresentar um faturamento anual de até R\$360.000,00 e possui como atividades econômicas o serviço de alimentação, self servisse, alimentação com serviço completo.

A empresa foi constituída e estabelecida no subúrbio do Rio de Janeiro, onde atua até os dias atuais.

### **4.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

O negócio possui atualmente um total 9 (nove) colaboradores, sendo estas duas sócias proprietárias, dois cozinheiros, um auxiliar de serviços gerais, dois garçons e dois entregadores.

Foi averiguado no transcorrer deste estudo, que a empresa não possui um organograma definido, com base nisto, julgou-se necessário para que fosse obtido um melhor entendimento de sua estrutura, que o mapa empresarial fosse elaborado. Sendo assim, encontra-se elencado abaixo a representação do organograma organizacional da empresa:



**Fonte:** *Elaboração própria, 2023.*

Cabe destacar que a divisão de funções entre os funcionários não era claramente definida, visto que por se tratar de uma empresa familiar e está possuir em seu quadro de funcionários membros de uma família, alguns colaboradores acabam desempenhando mais de uma função, o que é uma problemática e foi discorrido com a gestora a necessidade da organização das funções e/ou a contratação de pessoas capacitadas para o desenrolar das demais atividades.

A boa gestão de tarefas reflete na forma como a rotina de trabalho é identificada, monitorada e aprimorada no objetivo da obtenção de uma maior produtividade no negócio. Portanto, não seria equivocado concluir que o conceito de gestão de tarefas está correlacionado com o de gestão do tempo.

Sendo assim, uma gestão de tarefas eficaz necessita ter foco no gerenciamento responsável das demandas da equipe, o que acontece por meio do planejamento e da organização e da distribuição de tarefas, bem como do acompanhamento constante do andamento das atividades pré-determinadas.

#### **4.2 – ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO**

A empresa que serviu de base para este estudo, tem como objeto social atividades relacionadas a restaurantes e similares e possui como principal fonte de receita a venda de refeições.

Sua equipe de funcionários é relativamente pequena, devido a esta se enquadrar como uma microempresa (ME). Através de organograma corporativo elaborado durante este estudo, foi verificado que há segregações de funções, conforme níveis hierárquicos e considerando a dimensão e natureza do negócio, porém, visto que por se tratar de uma empresa familiar e pôr está possuir em seu quadro de funcionários membros de uma mesma família, alguns colaboradores desempenham mais de uma função. O que significa que a empresa possui entendimento sobre níveis hierárquicos, mas não os aplica da maneira adequada.

No que diz respeito a ferramentas de controle, a empresa possuiu ferramentas de controle interno pouco efetivas, visto que mesmo servindo de grande auxílio, não são utilizadas em sua plena capacidade, como é o caso das planilhas em Excel utilizadas para o controle das operações relevantes como: receita, contas a pagar e estoque.

No que tange a NBC TA 315 (R2), o entendimento da entidade, do seu ambiente, estrutura de relatório financeiro, caso aplicável, e de seu sistema de informações é de suma importância para a avaliação dos riscos.

Ainda segundo a NBC TA 315 (R2), com base na avaliação de cada um dos componentes do sistema de controles internos da entidade, deve-se determinar se uma ou mais deficiências de controle foram identificadas.

Sendo assim, este estudo foi desenvolvido com o objetivo de entender as contribuições que o controle interno pode vir a oferecer para a gestão da empresa, tanto no auxílio ao seu desenvolvimento, bem como na prevenção de possíveis irregularidades.

#### **4.3 - PROCEDIMENTO DE CONTROLES INTERNOS**

Para entender melhor a empresa, começamos obtendo os processos de negócios descritos pela administração desde o início, autorização, processamento, até que sejam refletidos nas demonstrações contábeis, incluindo os processos de tecnologia da informação da Empresa. Devido a isto, “percorrer” todo o processo, além da leitura da narrativa e da indagação dos responsáveis pelo controle, como parte do entendimento dos controles internos do negócio, foi realizada o acompanhamento das operações relevantes, durante todo o processo e o entendimento das fases críticas dentro do ciclo.

##### **a) Contas a Pagar:**

O setor de contas a pagar do negócio é quem que cuida das saídas dos recursos financeiros. Desta forma, é este o departamento responsável por lidar com a rotina de pagamentos e recebimentos, executando tarefas de gestão de curto prazo fundamentais a empresa. É válido mencionar que a pessoa responsável por cuidar dos pagamentos e recebimento da entidade é a própria gestora.

O processo de pagamento é iniciado através do recebimento das notas fiscais e faturas referentes a elas. Após a conferência da documentação é realizada a liberação dos pagamentos. Os pagamentos não são efetuados em um dia específico. Eles são realizados conforme a

necessidade e vencimento das respectivas faturas.

**b) Receita:**

O processo envolvendo o contas a receber é iniciado quando ocorre a venda de refeições. As precificações são realizadas com base nos gastos fixos e variáveis os quais a empresa possui, para que sejam assim repassadas através dos preços de suas refeições e lanches. Não foram identificadas análises mencionando todos os custos realizados para a realização dos cálculos e análises necessárias para a correta obtenção da precificação dos produtos vendidos.

A empresa possui as seguintes formas de recebimento: dinheiro, cartão de débito, cartão de crédito, vale refeição e pix. Foi averiguado que seu número de inadimplentes é praticamente nulo.

A entidade utiliza como forma de controle de suas operações, planilhas simples e notoriamente pouco eficientes para o controle de seus recebimentos, visto que mesmo estas servindo de grande ajuda, não são utilizadas em sua total capacidade, pela falta de conhecimento de seus gestores.

**c) Estoque:**

O processo de compras é realizado quase que semanalmente, quando os funcionários identificam a necessidade de obtenção de produtos de estoque, realizando sua compra. Para isto, são feitos acompanhamentos de preços em mercados de grande porte, a fim da obtenção do menor preço. As compras são realizadas em dinheiro ou cartão de crédito e existem dois cartões corporativos que são utilizados somente para este fim.

Os produtos não perecíveis, são comprados em grande volume e estocados no estabelecimento. Os controles de envolvendo a validade dos produtos são realizados através da organização frequentes das prateleiras. Porém, além disto, foi verificado que se a empresa

mantivesse o estoque atualizado, isto é, monitorasse frequentemente e de forma mais assertiva a movimentação dos produtos, isso iria favorecer o giro do estoque e a disponibilidade de produtos dentro do planejado, para que as mercadorias adquiridas não cheguem em seu vencimento dentro do estabelecimento.

Os alimentos perecíveis, cujos produtos são mais sensíveis e, portanto, possuem um maior risco de estrago, não são adquiridos em volumes tão grandes quantos os não perecíveis. Isto torna-se explicado, devido ao negócio não possuir um número grande de freezers e geladeiras e, por optar pela realização de compras quinzenais com açougues do bairro.

A empresa, como forma de controle, pratica o arquivamento das notas fiscais obtidas e realiza a inserção dos dados em uma planilha, para que posteriormente estas sejam repassados a contabilidade.

Controlar o estoque do restaurante e evitar o desperdício de alimentos é um desafio muito grande para este negócio e para a grande maioria dos restaurantes no mundo. Tal controle evita que alimentos possam chegar ao prazo de validade antes de sua utilização. Além de que, um estoque mal planejado significa desperdícios, prejuízos e a insatisfação de seus clientes.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Os controles internos de uma empresa são uma das tarefas mais importantes dentro do universo corporativo, uma vez que este controle atua como uma espécie de “armadura protetora” para a organização, protegendo-a de riscos que possam comprometer seu funcionamento administrativo.

Um controle interno realizado de forma efetiva, auxilia a organização e desempenho dos negócios, contribuindo para a asseguaração da continuidade das empresas, protegendo seu

patrimônio, através do acompanhamento dos processos, visando corrigir ações a serem desempenhadas e como consequência, prevenindo que erros considerados graves possam vir a ocorrer e porventura, prejudicar a empresa.

A empresa que serviu de base para este estudo de caso, possuiu ferramentas de controle interno pouco efetivas, visto que mesmo estas servindo de grande ajuda, não são utilizadas em sua total capacidade, como é o caso das planilhas em Excel, devido ao fato da falta de conhecimento de seus colaboradores.

Para resolução da problemática foi proposta a utilização do aplicativo “Trinta”, que é que uma plataforma de fácil acesso que permite que os pequenos negócios administrem suas finanças, para o controle e gerenciamento de suas vendas, gastos, dívidas e estoque de forma prática. E destacado a gestora que através do aplicativo, se torna possível a obtenção de um controle maior sobre suas contas a pagar, vendas e estoque, fazendo com que o processo passe a ser otimizado e potencialmente, livre de falhas.

Também foi verificado que a divisão de funções entre os colaboradores não era claramente definida, visto que por se tratar de uma empresa familiar e está possuir em seu quadro de funcionários membros de uma família, alguns colaboradores acabam desempenhando mais de uma função, o que é uma problemática e foi discorrido com os gestores a necessidade da organização das funções e/ou contratação de pessoas capacitadas para o desenrolar das demais atividades, pois o planejamento, a organização e a distribuição de tarefas, bem como do acompanhamento constante do andamento das atividades pré-determinadas influenciam no bom andamento do negócio.

Concluiu-se com base no exposto neste estudo de caso, que são muitas as contribuições para a gestão empresarial ofertadas pela aderência de um adequado controle interno, onde

através dela é possível identificar e prevenir erros e/ou falhas e assim, atingir eficácia desejada nos processos e como consequência a continuidade do negócio.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de Dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, 14 de Dezembro de 2006.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**: Atualizada Conforme os Pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 1000 e ITG 1000. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de, **Contabilidade Ambiental, teoria e prática**, 2.ed, rev. E aum, Curitiba: Juruá, 2008.

BARROS, Sidney Ferro, Livro: **Entendendo a Contabilidade**, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; Martins, Eliseu Ranitz, Stephen Charles; Ramos, Alkindar de Toledo, CASTILHO, Edson, Benatti, Luiz Filho, Eduardo Weber, Júnior, Ramon Domingues. **Contabilidade Introdutória**. 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SEBRAE, **Pequenos Negócios em números**. Disponível em [Pequenos negócios em números - Sebrae](#)

SEBRAE, **Sobrevivência das Empresas no Brasil**: coleção estudos e pesquisas: [Sobrevivência das empresas no Brasil.indd \(sebrae.com.br\)](#)

**ITG 1000**: SRE - Sistema de Resoluções (cfc.org.br)

**CRC**, [CRCPR - Fiscalização - ITG 1000 – ME ou EPP](#)

ALMEIDA, C, Marcelo. **Auditoria: Um Curso Moderno e Completo**. 8. ed. São Paulo, Atlas, 2012.

Chavienato, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia, Práticas**. 33 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

**NBC TA 315 (R2)**, [NBC TA 315 R2 \(cfc.org.br\)](#)

BOYNTON William C, Raymond N. Johnson, Water G. Kell – Livro: **Auditoria**, 2002.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática**. 3. Ed. – reimpr - São Paulo: Atlas, 2006.

SEBRAE, **PIB Brasileiro**, [Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil - Sebrae](#)

SEBRAE, em **Análise de Alcance de Negócios**. Disponível em [Brasil alcança recorde de novos negócios, com quase 4 milhões de MPE - Sebrae, 2022](#).

Sebrae, **Como superar as dificuldades de empreender no Brasil**. Disponível em [Como superar as dificuldades de empreender no Brasil - Sebrae, 2022](#).

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágios e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de casos**. 2. edição São Paulo, 1999.

MONEZI, Carlos A.; Filho, Carlos O. Corrêa de Almeida. **A visita técnica como recurso metodológico aplicado ao curso de engenharia**, 2005. Disponível em ([abenge.org.br](http://abenge.org.br))

**Trinta**, [O seu negócio no seu bolso | Trinta](#)